



PENSANDO ÁFRICAS
E SUAS DIÁSPORAS
NEABI – UFOP

Pensando Áfricas e suas diásporas

www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricanas

NEABI - UFOP - Mariana/MG

Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2015

Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas - parte 1

Guerra e escravidão: Palmares e a África centro-ocidental no século XVII

Felipe Aguiar Damasceno*

Resumo: Durante o século XVII, a esmagadora maioria dos cativos africanos chegados ao Brasil saía dos portos da África central. A comunidade dos mocambos de Palmares, na Serra da Barriga, capitania de Pernambuco, recebeu muitos desses homens e mulheres – porém, não apenas centro-africanos e seus descendentes – fugidos do peso do cativeiro. A presente comunicação faz um pequeno apanhado historiográfico não exaustivo a respeito da organização sócio-militar na África centro-ocidental, no século XVII. A partir dessa discussão, e adentrando algumas fontes clássicas para o entendimento da conjuntura atlântica do tráfico e da resistência escrava no império português, pretende-se a aproximação entre as culturas de guerra das populações africanas e a forma da resistência negra responsável pela longevidade da comunidade de escravos fugitivos na América portuguesa, conhecida tradicionalmente na historiografia como o Quilombo de Palmares. Essa aproximação se baseia na analogia entre as experiências de vida dos negros palmarinos e seus irmãos da região do Congo-Angola. É nosso objetivo neste trabalho compartilhar algumas notas iniciais desta pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Palmares; África Central; Século XVII; Guerra.

Abstract: Durante o século XVII, a esmagadora maioria dos cativos africanos chegados ao Brasil saía dos portos da África central. A comunidade dos mocambos de Palmares, na Serra da Barriga, capitania de Pernambuco, recebeu muitos desses homens e mulheres – porém, não apenas centro-africanos e seus descendentes – fugidos do peso do cativeiro. A presente comunicação faz um pequeno apanhado historiográfico não exaustivo a respeito da organização sócio-militar na África centro-ocidental, no século XVII. A partir dessa discussão, e adentrando algumas fontes clássicas para o entendimento da conjuntura atlântica do tráfico e da resistência escrava no império português, pretende-se a aproximação entre as culturas de guerra das populações africanas e a forma da resistência negra responsável pela longevidade da comunidade de escravos fugitivos na América portuguesa, conhecida tradicionalmente na historiografia como o Quilombo de Palmares. Essa aproximação se baseia na analogia entre as experiências de vida dos negros palmarinos e seus irmãos da região do Congo-Angola. É nosso objetivo neste trabalho compartilhar algumas notas iniciais desta pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Palmares; África Central; Século XVII; Guerra.

O conjunto de mocambos que formava o famoso quilombo dos Palmares originou-se na Serra da Barriga – capitania de Pernambuco, hoje divisa entre os estados de Pernambuco e Alagoas – em fins do século XVI e perdurou, resistindo a diversas campanhas militares

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ e bolsista CAPES.
E-mail: felipe.aguiardamasceno@gmail.com

coloniais, por mais de 120 anos, adentrando o século XVIII. Palmares foi a maior e mais duradoura comunidade de escravos fugitivos na América, e constituiu-se em um verdadeiro Estado – seus moradores a conheciam como Angola Janga, expressão cujas discussões em torno de seu real significado (não apenas linguístico, mas político) são atualíssimas na produção historiográfica. Já na década de 1640 os holandeses mandariam expedições contra os mocambos na Serra da Barriga. As expedições da Coroa portuguesa se intensificariam na década de 1660, fora expedições financiadas com capitais privados dos senhores da região. Angola Janga só conheceria sua derrota final em 1696, com as expedições de Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista. No entanto, notícias de negros fugitivos na região adentrariam o século XVIII quase até sua metade, com certeza em decorrência do impacto político, social e psicológico da experiência de palmares na América portuguesa.

Os estudos sobre guerras e conflitos bélicos em geral tem sido sempre atrelados a um paradigma europeu a respeito dos motivos e das formas de se fazer guerra. Devido à maioria das guerras lutadas na Europa ou por europeus estarem ligadas a processos de expansão e centralização política, por anos as guerras e as práticas bélicas africanas foram consideradas atrasadas, ou mesmo “subdesenvolvidas” – assim como todos os aspectos da história do continente. Devido a esse eurocentrismo de que foram vítimas, muitos estudos sobre a história africana nessa perspectiva só começaram a perder força a partir de meados do século XX com a ascensão de novos paradigmas antropológicos para o estudo de sociedades não ocidentais. O “Primitivismo” das guerras africanas começa a perder força quando pesquisadores buscam análises que deem conta da complexidade daquelas sociedades e, conseqüentemente, suas motivações internas para guerrear. Assim, o mito da eficiência bélica ligada diretamente à centralização estatal cai por terra quando se tenta entender a organização militar e sua eficiência tanto bélica quanto social dentro de um determinado contexto histórico, levando em conta os motivos, as formas e os objetivos traçados pelos próprios grupos combatentes, não os comparando com modelos eurocêntricos isolados.

Um dos fatores de suma importância para a análise das práticas militares e da cultura guerreira dos povos da África centro-ocidental é a ecologia da região entre o rio Zaire (atual rio Congo) e o Cuanza (Kwanza). Além de grandes savanas, a região contava ainda com uma pouco habitada floresta tropical ao norte, e mais ao centro, a leste das planícies costeiras, um terreno bem montanhoso - a região de Dembos.

A história da região desde a chegada dos portugueses (1483) até o século XVIII é marcada por conflitos e alianças entre os vários grupos em disputa pelo poder – e, é claro,

pelo maior controle sobre o comércio de escravos. Partiremos então da organização político-militar na região.

John Thornton nos dá preciosas informações a respeito das armas e da organização dos diversos exércitos da região, assim como seu modo de operação em batalha. A infantaria, ali dominante, dividia-se em dois tipos: as tropas leves e a infantaria pesada. Tropas leves eram proeminentes nos conflitos da região, e muitas vezes eram o único tipo efetivamente em combate. Formadas por arqueiros, lanceiros e soldados com espadas, adagas e outras armas chamadas “brancas”, esses guerreiros quase não utilizavam proteção corporal e dependiam apenas de suas capacidades físicas para sobreviver no campo de batalha. Os famosos jaga/imbangalas, por exemplo, eram adeptos inteiramente desse tipo de infantaria.

A infantaria pesada foi mais utilizada pelos exércitos do Congo. Apesar de serem formados majoritariamente por tropas leves, os exércitos da região combinavam a destreza e agilidade dessas tropas com a força e capacidade de defesa dos escudeiros, sempre em formações de massa (bem agrupados) e em menor número. Somente os portugueses e os congolezes utilizavam esse tipo de infantaria e formação de batalha. Foi nas unidades de infantaria pesada que as armas de fogo mais encontraram aceitação: a formação bem fechada dessas unidades não previa movimentações rápidas, ou ações individuais, assim como a quase inexistência de cavalos não permitia grandes unidades de cavalaria pesada, como na Europa; dessa forma, permanecer à distância e abrir fogo contra o inimigo era sua melhor forma de ataque.

Uma vez formadas em sua maioria por tropas leves, as forças militares da África centro-ocidental dispensavam as formações de guerra europeias. Lutavam dispersas pelos campos de batalha, dependentes de manobras individuais, conhecimento do ambiente, etc. Isso implicava na real importância das armas de fogo. Estas, naquela época, possuíam cadência de tiro extremamente baixa e eram muito pouco precisas; contra exércitos em formações em blocos homogêneos poderiam causar grandes danos, mas contra combatentes dispersos poderiam representar até mesmo um certo atraso para os próprios atiradores. Outro fator que contribuía para sua adoção em pequeno número pelos exércitos em campanha na África central durante o século XVI e início do XVII era a falta de proteções corporais (como armaduras) nas tropas leves africanas. O poder de penetração do chumbo não se fazia tão necessário nesse contexto, e a flecha, assim como dardos manuais, eram as melhores alternativas. O combate corpo-a-corpo era a regra nos conflitos da região, mesmo que a presença de arqueiros fosse também corriqueira.

A organização militar portuguesa em Angola também fez parte da construção de uma forma atlântica de guerra, influenciando e sendo influenciada pela experiência centro-africana. Segundo Roquinaldo Ferreira, o grosso das tropas coloniais em Angola era formado por companhias de negros que se espalhavam pelos diversos presídios e acampamentos portugueses na região. Essas tropas eram geralmente formadas por súditos (provavelmente muitos escravos) cedidos por líderes locais aliados aos portugueses, quando não, eram forçadamente recrutados pela região. Eram conhecidos como “guerra preta”. Esses soldados compartilhavam o campo de batalha do lado português com tropas coloniais e tropas locais de mulatos. A pequena população de Luanda dificultava o recrutamento de soldados entre a comunidade local. A administração colonial se utilizou muitas vezes de soldados luso-brasileiros, vindos de Pernambuco e Bahia – e não nos esqueçamos do famoso resgate de Salvador Correia de Sá em Luanda –, acreditando serem estes melhor adaptados ao clima centro-africano do que os provenientes do Reino ou da Ilha da Madeira.

Quanto ao papel das tropas negras nos exércitos coloniais portugueses na África, tanto Thornton quanto Ferreira atestam sua característica singular: a grande mobilidade, que lhes garantia tarefas específicas no contexto dos combates – como perseguir inimigos, reconhecer territórios e atacar primeiro nas batalhas. No entanto, como tropas irregulares, não recebiam pagamento, a não ser eventuais espólios de guerra. Assim sendo, deserções eram comuns entre eles – assim como eram comuns dentre os degredados servindo na infantaria. Coube aos portugueses lidar com as incertezas dessas alianças locais – aliás, a própria eficácia bélica portuguesa dependia de sua adaptabilidade ao contexto político-militar africano.

A organização das forças militares na África central guardava estreitas ligações com a estrutura social dos povos. No Congo, soldados profissionais e recrutas eram utilizados. Os soldados profissionais, muitas vezes mantidos pelo Estado congolês – subordinados diretamente às ordens do Manicongo –, estavam, dessa forma muito mais próximos dos grupos governantes da capital São Salvador. Em cada província do reino existiam soldados profissionais que se configuravam na elite militar do exército congolês. Eram considerados nobres e formavam a infantaria pesada. Já os recrutas, uma vez que os recrutamentos eram realizados por aqueles mesmos nobres, conhecidos como “fidalgos mobatas” (fidalgos das vilas), representavam muito mais os poderes locais. Os soldados eram recrutados em seus locais de origem: vilas, aldeias, etc., estando a centralização do Estado congolês dependente da capacidade do governante de controlar politicamente esses nichos de autonomia. Um fator que o ajudava nesse quesito era a total arbitrariedade de que gozava para elevar e rebaixar

indivíduos da posição de nobreza. Logicamente que tal arbitrariedade vem com um preço: em 1621, nobres dissidentes se levantaram com um enorme contingente contra forças leais ao Manicongo, derrotando um exército na província de Mpangu. Escreve Alberto da Costa e Silva que desde os primórdios do reino do Congo, os abusos cometidos pelo Manicongo eram vigiados e “cercados pelos grandes da terra e pela ambição de outros pretendentes ao poder”. Esses grandes formavam uma elite fechada, a qual elegia o Manicongo dentre seus pares.

A organização das forças militares no reino do Dongo seguia mais ou menos o mesmo padrão, no entanto o rei não podia remover um soba (líder, nobre) de sua posição na hierarquia social, como no Congo. Assim, tornava-se um pouco mais complicado garantir a lealdade dos contingentes militares erguidos pelos diversos sobas da região – ao sul do reino do Congo, segundo Thornton, havia mais ou menos 100 sobas sob o comando do reino do Dongo. No entanto, o líder mantinha algumas tropas mais centralizadas e profissionais (kimbaris) na capital, alguns sendo comandados por membros de sua família, outros pelo próprio governante.

Na região do reino do Dongo a organização das tropas no combate era feita através da divisão de grandes exércitos em unidades (mazembos ou embalos). Essas unidades são dispostas no campo de batalha de forma que uma unidade central é auxiliada por duas laterais: enquanto ondas de ataque são feitas pela tropa central, as laterais, em formação semicircular, vão progressivamente se fechando sobre o inimigo, cercando-o. Costa e Silva descreve um ataque em 1590 de forças confederadas “dongas, imbangalas e congas”, lideradas pela rainha de Matamba, contra as forças do governador de Angola, Luís Serrão, nas proximidades do rio Lucala. Os nativos, segundo o autor,

(...) vinham divididos, como de costume, em três grandes corpos de tropa ou *embalos*, um atrás do outro, de modo que, contido ou reprimido o choque do primeiro, o segundo o substituíria imediatamente no ataque. Além disso, dos dois lados do mole das tropas, dispunha-se em meia-lua uma grande quantidade de guerreiros. Durante o combate, o semicírculo se foi fechando de forma lenta e sistemática, até envolver completamente o inimigo.

As fortificações e os esconderijos são parte essencial da tradição guerreira da África central. Os africanos as usaram extensivamente em suas guerras desde os primeiros contatos com os portugueses até o século XIX. Pode-se dizer que as fortalezas e fortificações eram de dois tipos. O primeiro eram as construções de madeira e paliçadas com o objetivo de assegurar o controle sobre uma cidade, vilarejo, ou um abrigo. Armadilhas eram espalhadas no entorno do lugar de forma a repelir o inimigo. Na dinâmica do campo de batalhas,

fortalezas eram construídas para o caso de uma possível retirada: entrincheirados nessas construções poderiam resistir por mais tempo, mesmo enfraquecidos. Os jaga/imbangalas utilizavam paliçadas extremamente fortes como tática para conquistar uma nova área: resistiam aos ataques dos habitantes locais entrincheirados, enquanto se preparavam para um ataque devastador assim que notassem a exaustão das forças inimigas. A emboscada vinha de encontro à fortaleza, cercando os residentes.

Thornton afirma que as paliçadas, assim como as trincheiras e armadilhas, não seguravam um exército por muito tempo. Na verdade o objetivo maior era atrasar as forças atacantes de maneira que a fuga ou o reagrupamento – apesar de raro – pudesse ser feito. O cerco a esses lugares durava poucos dias, assim como a qualquer cidade ou vilarejo: dificilmente um exército da região tinha condições de manter campanhas longas para invadir territórios ou perseguir inimigos. As fugas também se mostravam uma tática de combate. Até o século XVIII os portugueses ainda falam a respeito dessa característica dos exércitos da região: a fuga para florestas e matas fechadas, atraindo o inimigo para emboscadas e armadilhas.

O segundo tipo seriam as fortalezas naturais, ou, melhor dizendo, a capacidade local de transformar a ecologia do lugar em arma de defesa. As regiões imediatamente a leste das planícies litorâneas eram constituídas por planaltos florestais – como a região da capital do Congo: estes tornaram-se importantíssimos no contexto de guerra civil naquele reino (segunda metade do século XVII). A população em geral tirou proveito dessas formações rochosas como fortalezas para escapar da desordem e dos conflitos da guerra. Poderosos do reino também faziam uso frequente desse tipo de artifício a fim de conservar seus escravos e seu poder, outrora ameaçados em regiões mais abertas. De difícil acesso – muitas vezes apenas uma simples rota facilmente bloqueável –, fortalezas geralmente eram construídas nessas áreas, e exércitos frequentemente reagrupavam-se nesses locais após uma derrota. A região de Dembos (região de fronteira entre os domínios do Manicongo, o Dongo e Matamba), divisa montanhosa entre o Congo e Angola, era repleta dessas fortalezas, dificultando as campanhas militares portuguesas na área. As descrições deixadas por estes a respeito dessas construções falam sobre valas profundas cercando os fortes, estacas ao redor, buracos cobertos com folhas, e assim por diante. Especialmente em Dembos, esses redutos estariam conectados entre si, de forma a garantir sua sobrevivência mútua.

O militar António de Oliveira Cadornega escreve que os sobas “dembos” – título que a administração portuguesa atribuía àqueles potentados centro-africanos – se utilizavam

de “pedras muito fortes que lhes servem de fortaleza, em que se recolhem quando se vem oprimidos e infestados de algum poder grande de guerra de seus contrários”. O autor se referia possivelmente a cavernas em que se abrigavam os sobas em momento de ataques externos. Eram grandes e providas com todo o sustento necessário para os períodos de fugas e refúgios em contexto de guerra.

Através da correspondência entre o governador Fernão de Sousa e Lisboa, pode-se ter uma ideia de como a região de Dembos era definitivamente instável, assim como apreender os primórdios das relações entre a Coroa e as populações que a habitavam. Já em 1624, em instrução secreta do Rei ao governador, fica claramente entendido que um dos principais objetivos do governo de Sousa é trazer estabilidade novamente à região de Angola, em especial restabelecendo o comércio e lidando com os vassalos rebeldes da região. É sabido da historiografia que desde 1617, quando do governo de Mendes de Vasconcelos e da intensificação das operações bélicas contra o reino do Dongo, as autoridades coloniais em Angola adotam uma postura muito mais agressiva para suprir as demandas do tráfico atlântico de escravos. As sucessivas campanhas militares na região levaram não apenas a desintegração parcial daquele reino, mas também ao descontentamento de vários sobas com a situação de insegurança instaurada. Essa política portuguesa de alianças com os grupos jaga/imbangalas para a preação de cativos transformou a hinterlândia da Angola em uma verdadeira praça de guerra, cujo produto imediato eram as levas de cativos que fluíam para os portos litorâneos. Em 1624, a Coroa já manifestava certa incerteza quanto aos rumos tomados por certos governadores em Angola, e priorizava o restabelecimento da paz na região, de modo que as redes comerciais pudessem voltar a operar com tranquilidade e os sobas rebeldes vassalos de Portugal se aquietassem.

Ainda sobre a situação conturbada que a política agressiva portuguesa causou, é emblemática a primeira frase de um relatório de 1630, em que Fernão de Sousa diz que “as guerras de Angola não são todas justas e quando o são, nem por isso são justamente cativas as peças de escravos que se tomam nelas, por não concorrerem os requisitos necessários para serem bem cativas”. Apesar de gerarem escravos em quantidade, as desordens e prejuízos causados por essas ações militares acabavam por ameaçar, além do comércio de escravos, os laços políticos portugueses na região, pois logo os sobas se fizeram insatisfeitos, e alguns até se rebelaram contra Portugal, em face aos abusos da administração colonial na região. No mesmo relatório do governador a ideia de que Angola se constituía em uma “conquista” portuguesa é contrastada, por ele mesmo, com a situação de guerra e rebelião em que se

encontram os vários potentados e lideranças de Dembos. Sousa destaca que “as mais guerreiras são a [província de] Quiçama e a de Matamba”, esta última sendo chefiada pela rainha Nzinga, antiga aliada portuguesa na guerra com o Dongo.

No contexto da África central, a Coroa procurou, desde bem cedo, uma solução para o problema dos poderes locais africanos que poderiam prejudicar os objetivos portugueses: o estabelecimento de relações de vassalagem com os vários potentados. Os Dembos vassalos portugueses ostentavam “insígnias régias” feitas de marfim, como instrumentos de sopro rústicos, os pungis. Eram símbolos da relação de vassalagem que tinham com o rei de Portugal, relação que estabelecia a legitimidade daquela liderança sobre um senhorio ou província aos olhos portugueses, estando sobre a proteção das forças portuguesas em caso de ataques de inimigos; em contrapartida, os potentados vassalos, entre outras exigências, deveriam suprir os mercados e feiras locais, dominados por mercadores ligados às redes do tráfico português, com determinado número de peças de escravos anuais. Essa relação não era simples. Fernão de Sousa relata um caso de inimizade entre algumas lideranças Dembos, entre elas Ambuila – uma das mais combativas e inimiga de Portugal –, e um soba vassalo de Portugal, Cavanga Grande. Ameaçado, o líder Dembo Cavanga fez chegar aos ouvidos do governador que uma coalizão se formava contra seu sobado e pediu o socorro de Luanda, em conformidade com o pacto de vassalagem celebrado entre a Coroa e o soba. Assim, Fernão de Sousa o instruiu, através dos oficiais portugueses que serviam nos Dembos, a juntar-se a outros potentados vassalos e ir fazer guerra aos inimigos, e que, caso Ambuila – o sobado acusado de incentivar a sublevação – atacasse de fato, lhe avisasse para que o socorro de Luanda fosse enviado, e que não temesse, pois o capitão-mor tinha sua ordem para voltar brevemente a castigar os levantados.

Joseph Miller recentemente traçou uma analogia entre o fenômeno das lideranças Dembos e os quilombos americanos em dois artigos complementares. Para este autor, Palmares pode ter representado um modelo de integração sócio-cultural onde fugitivos, em condições extremas de luta por sobrevivência e sob enorme pressão, desenvolveram novas comunidades, construindo laços com grupos diversos – no caso da região de Dembos, bacongos, ambundos, ovimbundos, entre outros grupos, e em Palmares, além de escravos procedentes da África centro-ocidental, há vestígios e possibilidades de grupos provenientes da África ocidental, além de nativos americanos. Se na região de Dembos se lutava contra a possibilidade de escravização que a situação conturbada do início do século XVII colocava, em Palmares o perigo estava na reescravização e na reinserção nas malhas do tráfico.

No entanto, em Palmares, as soluções de apaziguamento dos conflitos entre as comunidades de negros fugitivos e os moradores das vilas – que tinham seus animais, roças e pertences roubados – tomou outros rumos, de certa forma distintos das estratégias tentadas na África central. Sucessivas campanhas militares foram travadas contra os mocambos palmarinos, assim como contra os sobados dos Dembos rebeldes na África, porém, pelo menos até 1678, o trato com os negros de Palmares não passava pelo reconhecimento de sua comunidade e seus líderes, mas a retórica era do extermínio dos redutos na Serra da Barriga e da reinserção dos negros no circuito do tráfico de escravos.

Após a expulsão dos holandeses do norte da América portuguesa, as autoridades coloniais puderam de fato se preocupar com os perigos e com os prejuízos que a crescente comunidade de escravos fugitivos causava na região. A partir da década de 1660 aumentam os registros administrativos coloniais tratando do quilombo, coincidindo, provavelmente, com o auge daquelas comunidades e das queixas dos moradores das vilas que perdiam escravos e o sossego. Em 1663, o Conde de Óbidos, vice-rei do Brasil, dava instruções a Francisco de Brito Freire, então governador de Pernambuco, para que se extinguissem de vez aqueles esconderijos, de modo a “dar com seu castigo o exemplo e fim às esperanças, de uns e outros negros”.

Frente a resultados negativos de outras entradas organizadas contra Palmares, o Conde se mostra preocupado com a empresa que demanda, afirmando que era essencial que “o poder e a indústria” com que se vai guerrear contra Palmares assegure o sucesso desta demonstração de força e resolução, diferentemente de tentativas anteriores, posto que o fracasso desta implicaria no encorajamento a novas fugas e no descrédito das armas portuguesas, que expulsaram os holandeses, mas não conseguiriam lidar com negros aquilombados. Assim, as ordens eram para não oferecer quartel ao negros que resistissem à entrada – isto é, não fazer prisioneiros –, e deveriam ser executados aqueles entre rendidos que seriam dados como líderes dos negros. Sendo que o conde já deixava claro em sua instrução que pretendia dar ordem para executarem-se todos os negros que voltassem com a expedição, excetuando-se os mais jovens.

Os negros que não fossem mortos durante as campanhas militares deveriam ser reintegrados ao circuito do tráfico. No entanto, a intenção das câmaras de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém, que em 1669 se unem para investir contra Palmares, é revender os escravos menores de 12 anos para os moradores das vilas da capitania de Pernambuco – os mesmos que, em primeiro lugar, perderam seus escravos fugidos para os mocambos, e ainda

financiaram as expedições organizadas pelas câmaras. Cada escravo custaria 12 mil réis ao comprador. Os maiores de 12 anos também seriam, a princípio, reconduzidos a seus senhores, se fossem originalmente possuídos por moradores das vilas daquelas câmaras, porém estes teriam o prazo de 30 dias para vendê-los para fora da Capitania, sob pena de perderem os direitos sobre os escravos para a Misericórdia de Olinda para que pudesse vendê-los, segundo ordens do governador Bernardo de Miranda Henriques.

Apesar de pouco sabermos sobre a exata procedência dos escravos chegados à América durante os séculos XVI e XVII, é possível afirmar, com base na relação entre a política e as guerras africanas, com o tráfico de escravos, que muitos deles eram prisioneiros de guerra. Se também é impossível determinar a exata porcentagem, dentre estes, dos que eram efetivamente guerreiros africanos, podemos, porém, pressupor, com base nas mesmas informações disponíveis, que mesmo aqueles que não eram soldados profissionais – no sentido de combater dentro de um exército pago e mantido por uma organização política – tomavam precauções quando momentos de insegurança e desordem ocasionados por guerras se aproximavam. A utilização de escravos nos exércitos, tanto na África Central quanto na América portuguesa, é fato conhecido; escravos esses que também eram, ao mesmo tempo, os braços da lavoura.

Em momentos de tensão social, tumultos e revoltas envolvendo escravos, a experiência de batalha de alguns veteranos de guerras africanas poderia ter papel central, senão garantindo os sucessos dos revoltosos, pelo menos contribuindo para a viabilidade e força da revolta. Segundo Thornton, sistemas militares são muito flexíveis, e não deveríamos achar que os africanos simplesmente transferiram seu conhecimento e sua tradição bélica para as Américas. As novas condições impuseram novas formas e práticas, adaptadas ao meio ambiente, condições climáticas, etc.

O *Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares*, de 1945, a expedição de pouco mais de um mês, liderada pelo militar holandês João Blaer relata as dificuldades encontradas por suas tropas quando chegaram às primeiras paliçadas do que acreditavam ser os famosos “Palmares Grandes”. O diário conta que logo que a expedição chegou a umas das entradas da paliçada, após vinte dias de caminhada, foi necessário arrombar os portões, estes contavam com uma armadilha de fossos com estrepes, onde caíram dois expedicionários. Também, atrás das mais de 200 casas que encontraram já abandonadas, havia estrepes no terreno. Durante o caminho até a primeira comunidade avistada e identificada como Palmares,

o diário diz que a expedição chegou a nomear um monte de “monte das armadilhas, porquanto em cima dele havia bem cinquenta ou sessenta destas para pegar caça, mas eram todas velhas de três anos”.

Para além de descrições da ecologia e das estruturas internas das paliçadas encontradas pela expedição, outro ponto de importância nos diários é a relação que existia entre as comunidades de negros fugitivos e a sociedade envolvente. Interrogando alguns negros encontrados nas paliçadas, foi possível ao autor do diário saber que o suposto líder que ali ficava, fugiu ao saber, “por Alagoas”, da vinda da expedição. Este teria construído uma casa a duas milhas daquela paliçada, que Blaer já encontrou vazia quando nela chegou: se apoderou dos víveres necessários às tropas e queimou todo o resto com a casa, assim como fez com toda as paliçadas e acampamentos que encontrou.

É importante lembrar, como bem faz Alencastro, que não eram apenas os negros aquilombados em Palmares os conhecedores das armas e táticas de guerra da África Central. A experiência africana das tropas anti-palmarinas por vezes é deixada de lado, e sua importância na guerra definitiva a Palmares é ofuscada pela bravura e capacidade, sempre bem destacadas na historiografia tradicional, dos paulistas e seus índios aliados. O autor lembra que entre a Restauração portuguesa (1640) e o início do século XVIII, cerca de 4.000 homens atravessaram o atlântico em direção à África, levando suas experiências de combate para as guerras entre portugueses e nativos na África Central. O retorno da grande maioria desses homens, experimentados, muitas vezes, na guerra contra holandeses e nas batalhas africanas – principalmente a retomada de Luanda e a batalhas contra Matamba – possibilitou a aplicação de conhecimentos adquiridos em outros conflitos do Atlântico no contexto das guerras palmarinas.

Em seu recente artigo, John Thornton procura enxergar a constituição da organização social palmarina pelo viés de seus exércitos. Para o autor, o “Estado” formado em Palmares foi precedido pela organização militar, baseou-se nas solidariedades e hierarquias construídas no contexto da fuga e do combate permanentes pela manutenção dos redutos. Como já apontamos anteriormente, a situação de guerra constante na África Central fazia com que soldados africanos, seja lutando por ou contra portugueses, acabassem caindo nas redes do tráfico como escravos. Assim como o serviço militar fornecia elos de sociabilidade importantes para a conformação dos diversos Estados formados na África Central, Thornton acredita que também em Palmares esse tipo de construção identitária – que não passava apenas pelo serviço militar, mas também pelas experiências de cativo que

muitos habitantes de Palmares poderiam compartilhar desde sua saída da África – foi fundamental para o surgimento de uma organização em torno de lideranças militares e políticas dentro dos mocambos, de forma a perpetuar aquela experiência de resistência e relativa liberdade. Desta forma, a opção por títulos, nomes e táticas de batalha comuns aos povos Ambundos não é uma surpresa em Palmares.

Alguns procedimentos bélicos chamam atenção para esse aspecto em Palmares. Uma tática comum dos combatentes palmarinos era a retirada em massa de um determinado mocambo para outro, um vizinho. Assim como nos exércitos da África Central, a fuga era uma importante arma no combate contra às expedições punitivas. Raymond Kent, em seu clássico artigo de 1965, nos da conta da expedição do holandês Reijmbach (1645) que, a exemplo de Blaer, chegou até uma das “cercas” (um dos termos usados pelos portugueses para designar as vilas, ou os mocambos) na Serra da Barriga, mas a encontrou já abandonada – aparentemente, era comum que os negros soubessem das expedições de antemão, graças às relações que estabeleciam com a sociedade envolvente. A topografia e ecologia muito próximas à região dos Dembos, assim como a concentração de redutos fortificados, aproximam as duas experiências portuguesas de expedições punitivas para a captura de escravos, destacando-se a extrema dificuldade em campanhas desse tipo, devido aos caminhos que ligavam as vilas e comunidades, bem conhecidos pelos seus moradores, que facilitavam as fugas.

O crescimento da população dos mocambos palmarinos, proporcionado, em parte, pelas guerras da restauração pernambucana, teve impacto decisivo nos rumos tomados pela liderança quilombola. É importante lembrarmos que Palmares não foi o mesmo durante mais de um século de existência. Se no início eram apenas alguns esconderijos, que logo virariam comunidades melhor estabelecidas, na segunda metade do século XVII a população girava em torno de 20.000 a 30.000 habitantes, dentre os quais, mulheres e crianças em quantidade nunca antes vista pelos palmarinos. Alencastro atenta para o fato de que a constituição das primeiras famílias e laços de parentesco em Palmares – para além da importância política dentro dos mocambos, certamente – fez com que as rápidas fugas não mais fossem tão eficientes. A captura de mulheres e crianças pelas expedições punitivas era comum. Assim também acontecia comumente na África: a kikumba, espécie de tropa de carregadores de bagagens e mantimentos dos exércitos centro-africanos, era formada por mulheres e pessoas “despreparadas” para a guerra. Suas atividades se voltavam somente para a manutenção das forças em combate, como conseguir mantimentos, carregar armamento e munição, cozinhar,

etc. Eram cruciais nas campanhas, porém, quando das fugas, também eram os mais vulneráveis à captura e escravização.

Para Alencastro este foi fator importantíssimo – do lado palmarino – para a tentativa de um acordo de paz, em 1678. Da mesma forma, o gradual aumento do sucesso das expedições anti-palmarinas – leia-se, o aumento no número de negros reduzidos ao cativeiro – , somado a disputas políticas no Império português e em Palmares, pesaram da mesma forma para o fracasso da paz e da alternativa de Cucaú.

A escolha da região da Serra da Barriga pelos negros, como diz Alencastro, não foi aleatória e, para nós se afigura num dos mais importantes traços político-militares da experiência atlântica de Palmares. Alencastro nos lembra que o malfo (do kikongo, *ma-lávu*) – vinho extraído de algumas variedades de palmeiras – era a bebida preferida entre os centro-africanos. Mais ainda, a palmeira

fornecia aos nativos do Congo e de Angola o coquinho (do qual se fazia a farinha emba), o vinagre e o azeite alimentar, os unguentos medicinais, o sabão, as estacas para as casas, as fibras para tecidos e cordas. Representando a perda do poder social e econômico dos sobados, a derrubada dos palmares aparecia como uma catástrofe.

Silvia Lara, também atenta para a importância da planta na escolha de Cucaú para a migração dos quilombolas no momento da tentativa de um acordo de paz. Segundo a autora, os palmarinos teriam participado da escolha do local, conhecido como um lugar fértil e repleto de palmeiras. Diz o diário do capitão Blaer, em 22 de março (1645):

O caminho deste Palmares era margeado de aléias de palmeiras, que são de grande préstimo aos negros, porquanto, em primeiro lugar, fazem com elas as suas casas, em segundo as suas camas, em terceiro, abanos com que abanam o fogo, e quatro, comem o interior dos cocos e destes fazem os seus cachimbos e comem o exterior dos cocos e também os palmitos; dos cocos fazem azeite e igualmente manteiga que é muito clara e branca, e ainda uma espécie de vinho; nestas árvores pegam uns vermes da grossura dum dedo, que comem pelo que tem em grande estima estas árvores.

Já aludimos à capacidade dos povos centro-africanos do século XVII, quando em conflito, de construir fortificações – paliçadas cercadas por armadilhas, de difícil acesso –, em especial nas regiões mais íngremes. Flávio Gomes já salientou que esse recurso era extremamente difundido nos quilombos do Brasil colonial, não apenas em Palmares. As montanhas representavam verdadeiros “santuários” para as populações centro-africanas em fuga. Palmares não foi diferente. Não apenas no imaginário africano de sua população, mas concretamente no cotidiano dos conflitos pela manutenção daqueles redutos, essa noção com certeza difundiu-se por toda a população, mesmo entre aqueles de procedências outras. Não se trata de um simples traço cultural carregado ou imitado na América, mas de uma escolha consciente por uma estratégia de sobrevivência adaptada àquela nova situação dos negros

africanos, e que muito nos diz a respeito de seu passado e suas experiências atlânticas. Como já salientado, também os combatentes anti-palmarinos tinham noção das dificuldades que encontrariam nos ataques a tais mocambos, reforçando, mais uma vez, o peso que esses homens tiveram na derrota final de Palmares, e a importância de seus conhecimentos dos conflitos atlânticos.

Vê-se que, tanto nos conflitos nos Dembos quanto em Palmares, a preocupação central da administração portuguesa era a manutenção das riquezas auferidas do tráfico de escravos. Na África, a manutenção das lideranças locais sob domínio político português garantia a prosperidade econômica do Império, com os tributos e impostos, além do comércio. Assim, deveria existir um equilíbrio entre guerra e paz na região, de maneira que as capturas de negros pudessem ser garantidas através dos conflitos regionais, e as rotas de comércio não fossem prejudicadas por instabilidades deles oriundas. Já em Palmares, a situação girava em torno muito mais da situação de instabilidade que freava o avanço da colonização sertão a dentro da América portuguesa. Ademais, a derrota de Palmares, tanto perseguida por administradores coloniais, começou a ganhar contornos de prestígio e a fomentar disputas políticas em torno do problema entre autoridades coloniais. Assim, a guerra total que começa a ser empreendida na década de 1660 contra os mocambos é a solução, num contexto de crescente exportação de escravos de Angola para a América, os quais poderiam engrossar ainda mais as comunidades de fugitivos. O *quilombo*, na África central, espécie de acampamento militar difundido na região, em especial pelos jaga/imbangalas, foi um importante instrumento de domínio territorial e político português através de seus vassallos. Já na América, o quilombo de Palmares representou uma ameaça ao processo de adensamento da colonização. Alencastro se refere, a meu ver corretamente, a esse movimento afirmando que “a destruição constante de Angola se apresenta como a contrapartida da construção contínua do Brasil”.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Mocambos de Palmares*. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 71.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. [1647]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, pp. 304-305.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. [1681]. 3 v. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1942, v. 3, p. 202.

COSTA E SILVA, Alberto. *A Enxada e a Lança. A África antes dos portugueses*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 524.

_____. *A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002, p. 414.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650 – 1800*. 260f. Tese (Doutorado em História) - University of California, Los Angeles, 2003.

FRAGOSO, João. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos”. In: MONTEIRO, Nuno G. et alli. *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005. pp. 133-168.

FREITAS, Décio. *Palmares. A guerra dos escravos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GLASGOW, Roy. *Nzinga. Resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 33-42; e GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Mocambos de Palmares. Histórias e fontes (séculos XVI- XIX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, 2010, p. 7

GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp: Polis, 2005, pp. 391-395.

HEINTZE, Beatrix. *Fontes para História de Angola no século XVII*. I. Stuttgart: Steiner-Verlag-Wiesbaden-GmbH, 1985.

HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. *Central Africans, Atlantic Creoles and the foundation of the Americas, 1585-1660*. New York: Cambridge University Press, 2007.

LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In: GOMES, Flávio e REIS, João José (orgs.). *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 81-109.

LIMA, Carlos A. M. “Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850)”. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº. 18, Junho de 2002. pp. 131-152.

_____. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. Tese (Titular) – IFCH – Unicamp. Campinas, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. “A guerra preta: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico”. In: *Marcas da Escravidão*. Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil. Tese (Titular) – ICHF – UFF. Niterói, 2004

MILLER, Joseph C. “Retention, Reinvention and Remembering: restoring through enslavement in Africa and under slavery in Brazil”. In: CURTO, José; LOVEJOY, Paul. *Enslaving Connections*. New York: Humanity Books, 2004, p. 93

_____. MILLER, Joseph C. “África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490-1850”. In: HEYWOOD, Linda. *Diáspora Negra no Brasil*. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010, p. 61.

THORNTON, John K. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. London: Routledge, 1999.

_____. “Armed slaves and political authority in Africa in the era of the Slave Trade”. In: BROWN, Christopher Leslie; MORGAN, Philip D. *Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age*. New Haven: Yale University Press, 2006, pp. 79-94;

_____. “Les États de l’Angola et la formation de Palmares (Brésil)”. In: *Annales*, 63, 2008, pp. 792-797.

KENT, Raymond K. “Palmares: An African State in Brazil”. In: *Journal of African History*, VI, 2, 1965, p.167.

SCHWARTZ, Stuart B. “Repensando Palmares: resistência escrava na colônia”. In: *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001, p. 252.